

Análise da cadeia produtiva do leite no Brasil

Paulo do Carmo Martins

Uma visão de curto prazo

O primeiro trimestre deste ano de 2.007 fechou de modo surpreendente, com uma elevação generalizada de preços em toda a cadeia do leite, dos insumos ao varejo, com destaque para o mercado internacional.

Normalmente, o que se espera é que o primeiro trimestre apresente os preços bem comportados, os mais baixos do ano, com pequeno início de elevação, tendência que acaba se consolidando no segundo trimestre. Tem sido assim nos últimos anos. Mas, este ano, não foi o que ocorreu.

No mercado de insumos, a equipe de economia da Embrapa Gado de Leite apurou que, entre março de 2006 e março de 2007, o preço do farelo de algodão se elevou 22,9% acima do preço recebido pelo produtor de leite. Nesse mesmo período, a ração para vaca em lactação subiu 15,6% acima do preço do leite ao produtor.

A decisão do Governo americano de estimular a produção de etanol via milho já começa a ter efeito no mercado brasileiro. Os dados do Instituto de Economia Agrícola mostram que o milho no mercado interno teve uma elevação de preços de 42,4% nos últimos doze meses. Já a soja teve seu preço elevado em 23,8%, em igual período. Portanto, está mais caro alimentar os animais.

Também os laticínios estão com custos mais elevados, pois estão comprando leite mais caro. Ainda de acordo com o Instituto de Economia Agrícola, os

laticínios estão comprando o produto neste mês a preços 4,3% mais caros que nos últimos trinta dias. Isso é onze vezes mais que a inflação dos últimos trinta dias, que ficou em 0,37%, de acordo com o IBGE. Como produtora de leite, a Embrapa Gado de Leite produz em suas fazendas, distribuídas em três estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás), e é testemunha do fenômeno, pois está recebendo preços acima do padrão para esse período, crescendo todos os meses.

Também no atacado, os preços começam a se elevar. A Embrapa Gado de Leite e o Cepea produzem um boletim de monitoramento quinzenal do mercado no atacado, denominado SimLeite. Na primeira quinzena de fevereiro em relação a janeiro, os primeiros soluços começaram a ser registrados. Por exemplo, teve praça de comercialização que chegou a registrar 10% de elevação de preços para o Leite em Pó. Já entre a segunda quinzena de fevereiro em relação à primeira, ocorreram registros de praças com preços para essa *commodity* se elevando em até 18,6%.

Nas quinzenas subseqüentes, valores próximos a elevação de até 3% em cada quinzena foram registrados, o que é muito para uma quinzena. É muito até para um mês. Afinal, os preços médios da economia têm se mantido bem comportados. Como os efeitos da elevação de preços nos mercados interno e externo começam a ser totalmente incorporados, o que se percebe é que praças de comercialização começam claramente a revelar aumentos no atacado, em patamares elevados. E o Leite em Pó é o produto que sofre o impacto mais claro, pois uma importante fonte dessa elevação vem do mercado internacional, como veremos mais à frente.

Também no varejo a elevação de preços do Leite em Pó já é visível. De acordo com o IPCA, que é o Índice que o Governo considera para monitorar a inflação, este ano o custo de vida subiu 1,3%, enquanto o Leite em Pó já subiu 5,0%, como média do Brasil.

Mas, é no mercado internacional que os preços estão com tendência altista mais nítida. Na Oceania, os preços se elevaram 20% em dólar, no primeiro trimestre deste ano, enquanto na Europa a variação ficou muito próxima, ou seja, 19%. E, tudo leva a crer que o céu é o limite. Afinal, o ministério da Agricultura dos EUA informa que já há negócios em tonelada de Leite em Pó sendo comercializado a US\$ 4,4 mil, neste mês de abril.

Redução brusca dos subsídios, na Europa para o Leite em Pó; seca na Oceania; crescimento do consumo nos países em desenvolvimento, motivado por crescimen-

to do PIB, são variáveis que ajudam a entender este fenômeno altista de preço no mercado internacional. Elevação de preços de insumos e crescimento do consumo, motivado por uma pequena onda de euforia no mercado interno, são variáveis que ajudam a explicar o fenômeno por estas bandas tupiniquins. Ademais, há o produtor ressabiado, com o trauma de 2005, que está pensando muito se deve ou não aumentar sua produção. Além disso, há a feroz disputa entre as empresas de laticínios, em busca de leite, que pressiona o preço ao produtor para cima.

Nesse cenário, é muito pouco provável que os preços caiam neste início do segundo trimestre de 2.007. Mas, o que se pode esperar no longo prazo?

Uma visão de longo prazo

Começemos pelo lado favorável. O preço recebido pelo produtor está estável desde maio de 2006, não caiu nesse pico de safra e nada indica que irá cair nos próximos meses. Por outro lado, a inflação é mantida em níveis baixos. O custo de vida das famílias subiu cerca de somente 3,1% ao longo de 2006, o que significa dizer que o poder de compra do consumidor tem se mantido. E nada sinaliza com a volta da inflação. Isso é de extrema importância para a cadeia do leite. Some-se a isso o fato do leite em pó estar sendo comercializado a US\$ 4.900 mil, quando esteve entre US\$ 2,1 mil e US\$ 2,3 a tonelada até setembro de 2006. Há ainda o fato dos projetos de novas plantas anunciados no início de 2.006 estarem de “vento em popa”, ou seja, estão sendo executados. Portanto, o ambiente não é dos piores.

Em geral, quando uma crise se instala no setor lácteo, se o problema é percebido como de cunho estrutural, soluções estruturais são buscadas. Um exemplo é a primeira metade dos anos noventa, quando o Brasil era uma economia fechada (com restrições a importação) e com tabelamento de preços e passou para economia aberta e sem tabelamento. A competente reação do setor se deu com a introdução dos conceitos de logística, o que permite que hoje seja possível falar efetivamente em cadeia produtiva do leite. Mas, se o problema é considerado de cunho conjuntural, o setor se reúne, propõe mudanças de impacto e... é só melhorar o cenário que cada um vai cuidar de sua vida.

A crise do segundo semestre de 2005 não foi conjuntural, como muitos imaginam. Portanto, não é possível esquecê-la, imaginando que tudo está voltando ao normal. Existem quatro motivos para considerar que o Brasil começou a viver

uma crise estrutural: a) acabou o espaço para substituição de importação no setor lácteo; b) a população cresce menos e está ficando velha; c) o Brasil não terá crescimento elevado de renda per capita nos próximos anos; e, d) o brasileiro não gosta de leite. A seguir, cada um desses motivos é analisado.

Acabou o espaço para substituição de importação

Os países que se industrializaram somente no século passado, como o Brasil, adotaram políticas de substituição de importação. A receita é simples e é de cunho protecionista. Cria-se legislação que dificulte importações, impostos vultosos passam a incidir sobre os produtos estrangeiros e a moeda nacional é desvalorizada. Além disso, subsídios à indústria nascente são oferecidos. A implantação da indústria automobilística no Brasil é um exemplo típico. No caso do leite, ocorreu uma substituição de importação surrealista, que foge completamente a esta receita básica. Um caso raríssimo. Foi feita substituição de importação via mercado, enquanto que o tradicional é via ação protecionista de Governo. Em vez de proteção do Estado, foi a competição que levou a esta substituição de importações.

Em 1991, o Governo deixou de tabelar o preço do leite. De 1991 até 2005 a produção brasileira cresceu 60%, mas a população cresceu 23,5% e o poder aquisitivo de cada brasileiro cresceu 19,5%, ou 1/3 do crescimento do consumo. Isso fez com que abrisse um fosso entre o crescimento da produção e do consumo per capita. As diferentes taxas de crescimento fizeram com que, gradativamente, a produção per capita e o consumo per capita fossem se aproximando, até que empataram, a partir de 2004. Portanto, a organização da cadeia produtiva do leite nos anos noventa levou a uma substituição de importações e a uma auto-suficiência nacional. Mas, a partir de agora, o cenário é excedente de leite, ou seja, a produção deverá superar o consumo.

A população crescerá menos e ficará velha rapidamente

O IBGE informa que em 1.985 o Brasil tinha uma população de 133 milhões e o crescimento populacional era de 2,1% ao ano. Em 2.005, já éramos 184 milhões, mas a taxa de crescimento da população caiu para 1,4% ao ano. Para 2.025 o IBGE prevê que seremos 229 milhões, mas a população estará crescendo a 0,8% ao ano. Portanto, daqui a vinte anos a população brasileira estará crescendo a uma taxa três vezes menor que o crescimento de vinte anos atrás. A consequência é que a população está ficando velha. Em 1.985, 49,7% da população brasileira tinha até 19 anos de idade. Isso mesmo! A cada dois brasileiros, um era adolescente. Em 2.025 o percentual dessa faixa etária cairá para 30,4%. Já o percentual

de brasileiros com idade acima de 60 anos, que era de 6,1% em 1985, subirá para 15,1%.

A idade média da população, em quarenta anos, sairá de 19 anos para 33 anos. Esse envelhecimento deverá impactar negativamente o consumo per capita de leite. Primeiro, porque o jovem tem maior propensão ao consumo que qualquer outra faixa etária. Segundo, porque, em nossa cultura, leite é consumo de pessoas da primeira idade. No imaginário coletivo, é muito mais um produto ligado à visão clássica de saúde e nutrição que a um produto saboroso e de prazer. Talvez isso explique o fato de, em eventos, os *"milk-breaks"* se colocar como momentos de consumo de café e suco em maior quantidade que os produtos lácteos em geral fartamente disponíveis.

A economia brasileira continuará a crescer pouco

Em 2.005 o Brasil teve o segundo pior desempenho econômico entre todos os países da América Latina, ao crescer apenas 2,3%. Em 2.006, a colocação de segundo pior voltou a se repetir. Pior que o desempenho brasileiro, somente o do combalido Haiti. O crescimento brasileiro, medido pelo PIB - Produto Interno Bruto tem sido cerca da metade do crescimento econômico mundial e quatro vezes menos que o crescimento da China.

Para que haja crescimento elevado, é necessário que a taxa de investimento do país seja compatível, ou seja, também elevado. Ocorre que, nos últimos 15 anos, nunca o crescimento do investimento em relação ao ano anterior superou a 3%. Ao contrário, nessa série histórica foram sete os anos em que a variação foi negativa. Já o crescimento do PIB, somente em seis anos ultrapassou esta taxa percentual.

A política econômica brasileira tem buscado manter a inflação em patamares baixos. Para tal, há mais de uma década procura manter os juros elevados e busca obter superávit nas contas do Governo. Estes procedimentos inibem investimentos públicos e privados. Em função disso, o percentual do investimento brasileiro total em relação ao PIB não ultrapassa a 20%, enquanto que na China está próximo a 50%.

Esse quadro não deverá ter substancial modificação. Se tivesse, ainda teríamos o grave problema de restrição ou falta de capacidade ociosa em infra-estrutura, representada por carência de energia elétrica e infra-estrutura de logística, além da elevada carga de tributos. Tudo isso é inibidor do crescimento. Portanto, como

supor que o país crescerá a taxas acima de 3%, de modo contínuo? E, se não cresce, como supor que haverá grande elevação no consumo per capita de leite?

O brasileiro não gosta tanto de leite

Ao contrário do que se diz, o brasileiro não gosta de leite. Ou, gosta menos que de outros bens e serviços. Dois pesquisadores da Embrapa Gado de Leite resolveram trabalhar os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Concluíram que uma família com renda mensal até R\$ 1.200,00, caso tenha uma elevação de 100% na sua renda, aumentaria seus gastos com leite e derivados em somente 54%. Para a faixa de renda familiar entre R\$ 1.200,00 e R\$ 3.000,00, o comprometimento adicional com a renda duplicada seria de 48,5%, somente. Acima de R\$ 3.000,00, o percentual é de 37,9%. Portanto, se o brasileiro efetivamente gostasse tanto de leite como se imagina, com uma renda se elevando em 100%, era de se esperar que elevasse em pelo menos 100% o seu consumo de lácteos. Os resultados demonstram, contudo, que o acréscimo aos gastos com aquisição de leite é menos que proporcional ao aumento da renda. E não se pode nem alegar que isso ocorre em função da saturação de consumo de leite, pois o brasileiro consome, em média, a metade do consumo médio per capita verificado nos países desenvolvidos.

Considerando-se que a produção cresce mais que o consumo; que a quantidade produzida é igual à quantidade consumida, que a população está crescendo a taxas menores e está envelhecendo, que a renda per capita não deverá crescer substancialmente nos próximos anos e que o brasileiro não gosta tanto de leite, somente é possível imaginar que o futuro nos reserva um grande excedente interno de leite. Numa estimativa conservadora, encontrei excedente de 5,6 bilhões de litros para 2.025.

O futuro é excesso de leite

O Brasil atingiu a auto-suficiência na produção de leite, a produção crescerá mais que o consumo, a população irá envelhecer rapidamente e o brasileiro não gosta tanto assim de leite. Cabe, então perguntar: de quanto será o excedente?

Para se projetar o futuro, a primeira variável importante é a estimativa do crescimento da economia brasileira, pois isso dá uma noção de como a renda per capita do brasileiro deverá se comportar. Nos últimos vinte anos, a média de crescimento brasileiro, medido pelo Produto Interno Bruto - PIB foi de 2,6% ao ano. Nada indica que será diferente nos próximos vinte anos.

O Brasil avançou muito nestes vinte anos. Controlou a inflação, reduziu a dívida externa e tem tido superávit primário (ou seja, as contas do Governo demonstram que a arrecadação de impostos é maior que os gastos). Mas, esse superávit foi obtido com uma elevada carga tributária, ou seja, 40% de toda a riqueza gerada. Isso significa que restam 60% para a sociedade gastar em consumo e poupar. Além disso, foi obtido com uma brutal redução dos investimentos públicos. E não será o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, que irá mudar este quadro.

Para reduzir o volume de impostos e, com isso, liberar recursos para a sociedade aumentar o consumo e o investimento, seria necessário reduzir os gastos do Governo. Mas, como fazê-lo? Para desonerar o orçamento do Governo, seria necessário que um Presidente fosse eleito com uma maioria clara em torno da redução de gastos. Mas, o que se vê é a necessidade dos presidentes, ao assumirem o cargo, terem que construir uma maioria no Congresso. E, aí, fica difícil cortar gastos de modo qualitativo.

Um exemplo Previdência Social. A cada ano, ela representa um déficit maior do que todos os orçamentos da Embrapa somados, ao longo de sua história, de 1974 até hoje, para manter seus 41 centros de pesquisa. Um ano de déficit da Previdência se equivale a 32 anos de somatório dos orçamentos da Embrapa. Portanto, parece razoável prever que o crescimento brasileiro se manterá baixo nos próximos 20 anos.

A segunda variável importante é o crescimento da produção. Entre 1.990 e 2.005 a produção brasileira cresceu 70%, saindo de 14,5 bilhões de litros, em 1.990, para 24,7 bilhões de litros, em 2.005. Nesse período, a produção na Região Norte cresceu 240%, a Região Centro-Oeste cresceu 123% e a Região Sul cresceu 105%. As regiões Nordeste e Sudeste cresceram, respectivamente, 41% e 36%. Embora com percentuais abaixo da média nacional, é importante registrar que os percentuais de crescimento destas duas regiões ultrapassam, em muito, o da produção mundial, que esteve próximo a 20%.

A Fig. 1 retrata o percentual de crescimento anual da produção brasileira, entre 1.991 e 2.005. Entre 1.990 e 1.999, quando ocorreram as grandes transformações como a granelização e importações volumosas de leite, a média anual de crescimento da produção foi 3,2%. Nesta década atual, a média anual cresceu para 4,6%. Neste período de quinze anos (1.991 a 2.005), que congrega o fim

do tabelamento, abertura da economia e Real valorizado, a média anual de crescimento foi de 3,8%. Portanto, temos valores expressivos, como média de crescimento da produção, em período recente.

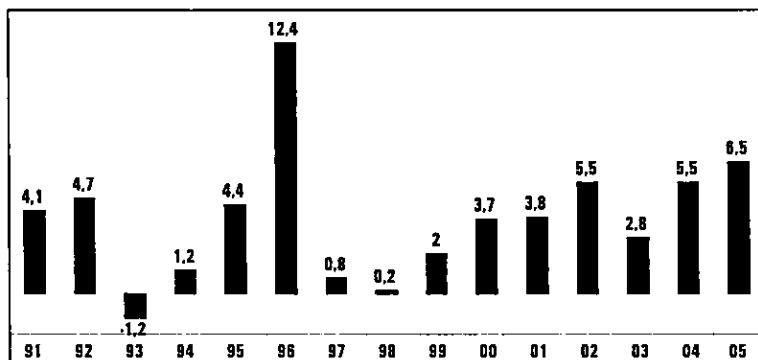


Fig. 1. Percentual anual do crescimento da produção de leite no Brasil 1991-2005. Fonte: Banco de dados Embrapa Gado de Leite. Cálculos do autor.

Um argumento apresentado por aqueles que não acreditam na manutenção de taxas elevadas de aumento da produção de leite nacional, diz assim: se a produção crescer além do consumo o preço irá cair. Logo, como o produtor é racional, como preços menores, ele terá desestímulo a continuar a aumentar a produção. E, assim, a produção e o consumo se ajustam.

Esta é uma afirmação lógica. Está em todos os manuais de microeconomia. Mesmo quem nunca teve oportunidade de lê-los, aceita, exatamente porque é lógico.

Ocorre que, em pesquisa, pode-se usar o método dedutivo e o indutivo. O método dedutivo significa partir de situações gerais e chegar a conclusões particulares. Exemplo: Se conheço mil vacas que têm tetas, posso afirmar que a vaca que você tem na sua fazenda também tem tetas, mesmo que eu nunca venha a conhecê-la. Já o método indutivo é o contrário. Se a primeira vaca que conheço tem tetas, se a segunda tem, se a terceira tem... conclui-se que todas as vacas têm tetas.

Os dois métodos são importantes, mas podem levar a erros de conclusão. O dedutivo, porque particulariza uma afirmação geral. O indutivo, porque generaliza uma situação particular. No nosso caso, imaginar que a produção de leite irá deixar de crescer se o preço cair, não está correto.

O primeiro argumento que lanço mão, contrário a essa afirmação aparentemente óbvia, baseia-se na rica experiência que vivi com dois colegas pesquisadores da área de economia da Embrapa Gado de Leite, em 2.001. Naquele ano, Alziro, Takao e eu percorremos, de carro, os estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, visitando 162 fazendas, com o apoio de dez empresas do setor.

No Rio Grande do Sul, na região que corresponde ao centro do Estado para o norte, vi produtores com longa tradição no cultivo “do soja”, que estavam abandonando aquela atividade por absoluta incapacidade de manter suas famílias em áreas muito pequenas, frente às exigências de escala que estas culturas cada vez mais apresentavam. Eram produtores que migravam da soja (e trigo), para o leite...

A pesquisadora Rosângela Zoccal, da equipe de economia da Embrapa Gado de Leite, pesquisou as cem microrregiões do Brasil que tiveram maior crescimento na produção de leite, exatamente entre 1.990 e 2.005. Surpreendentemente, dessas cem, nove estão localizadas naquele Estado. As microrregiões de Passo Fundo, Carazinho, Não-me-toque, Guaporé, Três Passos, Santa Rosa, Sananduva, Soledade e Ijuí tiveram aumento de produção acima de 145% nesse período, mais do que o dobro da média brasileira. Não por coincidência, é nessa região que grandes investimentos em novas plantas lácteas estão acontecendo.

Já no oeste do Paraná, visitei produtores que, no passado, produziram soja, milho, trigo e milho, além de suínos e aves. Abandonaram tudo, pelo mesmo motivo: não suportaram a pressão por escala. Isso levou a Cooperativa Sudcoop, que está no mercado com a marca Frimesa, a entrar no ramo do leite. É isso mesmo. Iniciaram no leite por questões quase humanitárias, para apoiar os pequenos produtores familiares. Foram competentes em transformar ajuda social em negócio.

Das cem microrregiões que mais cresceram a produção entre 1.991 e 2.005, todas com desempenho acima do dobro da média nacional, doze são desta região do Paraná. São elas: Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Pitanga, Jaguariaíva, Ivaiporã, Prudentópolis, Guarapuava, Cascavel, Francisco Beltrão, Capanema e Irtati.

A Cooperativa Aurora, de Santa Catarina, é outro exemplo mais recente de competência. Entrou para o ramo lácteo para apoiar produtores cooperados

“excluídos” de outras atividades agrícolas. E, das cem microrregiões que mais cresceram a produção, quatro são deste Estado. Os produtores familiares são menos afetados pelo preço pago, pois precisam produzir para sobreviver e não encontram outra opção que conjugue menos risco e maior retorno. Produtores familiares do Sul, que há quase uma década estão se convertendo em produtores de leite, continuarão a aumentar a produção.

Num outro extremo, estão alguns estados do Brasil Central e Norte. Em novembro passado estive em Jiparaná, em Rondônia. Lá, juntamente com a Embrapa Rondônia, nós promovemos o primeiro grande evento do leite no Estado. Ouvi do Secretário da Agricultura que, em Rondônia, existe o “dia do leite”. Ele me explicou que, todo mês, no dia que os laticínios pagam ao produtor, as cidades ficam movimentadas. É dia de alegria para os comerciantes, pois os produtores convertem rapidamente sua renda em produtos e serviços para suas famílias. Naquela região, o custo de produção é muito baixo, e a produção tende somente a crescer. Vejam o caso de quatro estados. Das cem microrregiões com maior crescimento da produção, onze são de Mato Grosso, oito são do Pará, quatro são de Rondônia e dois de Tocantins.

Um novo argumento defendido por aqueles que supõem que a produção de leite não continuará a crescer está relacionado à agroenergia, ou seja, à energia renovável proveniente da agricultura. Muitos afirmam que as fazendas de leite “vão virar canavial”. Não acredito nessa hipótese. Quem irá ceder suas terras para as usinas de cana-de-açúcar serão os produtores de leite pouco especializados. Em sua maioria, serão os “tiradores de leite”. E, esses, há muito tempo não afetam o crescimento da produção. Portanto, a agroenergia não irá comprometer o excesso de leite previsto.

A terceira variável importante para analisar o futuro está relacionada ao consumo. Esse assunto foi discutido no artigo anterior. Para resumir, entre 2.005 e 2.025, o crescimento da população cairá de 1,4% ao ano para 0,8% ao ano. Ou seja, cairá pela metade, em vinte anos. Além disso, o PIB do país crescerá em média 2,6% ao ano e o brasileiro continuará destinando menor percentual de aumento no consumo de lácteos que o percentual do aumento da renda. Portanto, o consumo não crescerá muito.

Discutidas as três variáveis (crescimento da renda, crescimento da produção e crescimento do consumo), convido verificar o comportamento da produção e

consumo entre 1.985 e 2.005, entre 1.990 e 2.005 e entre 2.000 e 2.005. Os dados estão na Tabela 1. Perceba que, entre 1.985 e 2.005 a produção e o consumo cresceram à taxa média anual de 3,5% ao ano. Entre 1.990 e 2.005, a taxa média anual da produção cresceu pouco mais que a do consumo. Mas, entre 2.000 e 2.005, a taxa média da produção cresceu bem mais que a do consumo.

É chegada a hora de estimar o quanto poderá ser o volume de leite em excesso. Para isso, é necessário considerar o tempo presente e o passado recente. Afinal, o que vamos fazer é projetar o futuro. Não iremos fazer previsões categóricas. Não sou vidente, como a Mãe Dinah. Mesmo ela, até agora, não se atreveu a prever o futuro do leite. O que iremos fazer é projetar o futuro, com base no passado e no presente.

Tabela 1. Taxas médias anuais de crescimento de produção e consumo de leite para períodos selecionados. Brasil.

Período	Variação percentual	Média no período
Entre 1980 e 2005	Produção	3,5% ao ano
	Consumo	3,5% ao ano
Entre 1990 e 2005	Produção	3,8% ao ano
	Consumo	3,2% ao ano
Entre 2000 e 2005	Produção	4,6% ao ano
	Consumo	2,6% ao ano

Fonte: Banco de Dados da Embrapa Gado de Leite. Cálculos do autor.

Vamos construir três cenários para a produção e o consumo, para 2.025. No cenário 1, suponha que, entre 2.005 e 2.025 a produção cresça 2,0% ao ano. Não é muito. Afinal, nos últimos quinze anos a produção cresceu 3,8% ao ano e, nesta década, o crescimento foi de 4,6% ao ano, como foi mostrado na Tabela 1.

Suponha, agora, que o consumo de leite cresça 1,2% ao ano. Nesse cenário, em 2.025 a produção seria 37,2 bilhões de litros - um crescimento de 48,7% em relação à 2.005. Já o consumo seria de 31,6 bilhões de litros, com crescimento de 26,9%. Nesse caso, teríamos um excedente de 5,6 bilhões de litros em 2.025.

No cenário 2, suponha que o crescimento da produção seja um pouco maior, ou seja, 2,5% ao ano, e que o consumo também seja maior, ou seja, cresça 1,5% ao ano. Nesse caso, a produção seria de 41 bilhões em 2.025, superior em

64% à produção de 2.005. Já o consumo seria de 33,5 bilhões de litros, superior em 34,5% ao consumo de 2.025. O excesso seria de 7,5 bilhões de litros.

No cenário 3, suponha que a produção cresça 3% ao ano e o consumo 1,2% ao ano. Nesse caso, a produção seria de 45,2 bilhões de litros e o consumo de 31,6 bilhões de litros, em 2.025. O excesso seria de 13,6 bilhões de litros. Os dados que resumem estes cenários estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Produção e consumo de leite para 2.025, em três cenários distintos. Brasil.

Cenários	Variação média no período (%)		Excesso de leite
1	Produção	2,0% ao ano	5,6 bilhões de litros
	Consumo	1,2% ao ano	
2	Produção	2,5% ao ano	7,5 bilhões de litros
	Consumo	1,5% ao ano	
3	Produção	3,0% ao ano	13,6 bilhões de litros
	Consumo	1,2% ao ano	

Fonte: cálculos do autor.

Leite em excesso é bom

Os números esperados de excesso de leite para 2.025 são espetaculares, pelo tamanho. Contudo, mais importante que os valores, o que conta é a tendência. O alerta dado pelas projeções não assegura que um cenário sombrio para o setor lácteo nacional irá efetivamente acontecer. Afinal, o cenário de 2.025 será resultante dos fatos que irão ocorrer até lá. Alguns fatos futuros são passíveis de interferência da cadeia. Outros não. Iremos analisá-los.

Começamos pelas variáveis que escapam ao controle da cadeia produtiva. Não podemos interferir na redução do crescimento (1,4% hoje para 0,8% em 2.025) e no envelhecimento da população brasileira. Isso é dado. Também não temos condições objetivas de interferir no crescimento do PIB, pois cada vez mais fica evidente que o crescimento tem a ver com o tamanho do Estado.

O pesquisador Alexandre Marinis divulgou estudo, envolvendo dados de 215 países, cobrindo o período de 1971 a 2005. Ele concluiu que países em que o Estado abocanha até 10% do PIB com despesas correntes apresentaram um crescimento médio anual do PIB de 4,7%. Já nos países em que o Estado consome, com despesas correntes, 30% ou mais do PIB, o crescimento médio anual foi de somente 2,4%.

Este é o caso do Brasil. Em 1984, as despesas correntes representavam 7,7% do PIB. De lá até os dias atuais, não parou de crescer. Em 1994, já era 20,1% do PIB e, em 2006, fechou 30,2% do PIB. Esses dados colocam o Brasil numa situação somente comparada a países que estão em guerra. Países que têm apresentado contínuo crescimento elevado, como China e Chile, apresentam percentual de despesas correntes em relação ao PIB bem menor. Como não há no horizonte brasileiro nenhum movimento sólido de redução do tamanho do Estado, não é de se esperar que o espetáculo do crescimento ocorra em níveis maiores do que estamos verificando há duas décadas, ou seja, em média, abaixo de 3% ao ano.

Portanto, crescimento da população e da renda são duas variáveis que interferem diretamente na demanda de leite e cadeia não pode controlar. Todavia, há outras variáveis que é perfeitamente possível o setor agir sobre. A demanda efetiva de leite é resultante do consumo das famílias, do consumo do Governo, do consumo das empresas e das exportações.

Começemos com o **Consumo das Famílias**. Os dados de elasticidade-renda da demanda de lácteos mostrou valores restritos para o leite. Mas, isso pode ser plenamente modificado. Se o consumidor for estimulado a consumir um produto, ele irá modificar seus hábitos e irá incorporar à sua cesta de produtos e serviços preferidos aquele produto que antes não era tão considerado. Os laticínios brasileiros estão fazendo o seu papel. Desde 1995, o mercado lácteo vive um processo muito dinâmico de lançamento de novos produtos.

Na próxima ida a um hipermercado, veja a quantidade de novos produtos disponíveis. Perca um pouco de tempo e fique neste setor. Veja como o consumidor gasta uns bons minutos, não somente comparando preços, mas analisando e decidindo se experimenta uma nova versão que ele ainda não conhece. Se comparado com países europeus e EUA, temos ainda muito a diversificar os produtos lácteos e, também, a forma de apresentá-los. E isso, certamente continuará a acontecer no Brasil. E isso é bom, pois estimula o aumento do consumo de lácteos.

Mas, ainda nesta linha de modificar o comportamento do consumidor, lideranças do setor estão prestes a promover um verdadeiro salto quântico, ou seja, uma mudança estrutural, com a criação de um fundo para a realização de marketing institucional, com a participação de produtores e dos laticínios. Essa é uma ação

vital e que não tem como se colher resultados desfavoráveis. A experiência americana e a recente experiência goiana avalizam esta iniciativa. É obvio que o consumidor não muda comportamento rapidamente. Mudança de hábito exige persistência e continuidade. Mas, o mega excesso de leite previsto não é para amanhã!

A segunda variável que interfere da demanda de leite é o **Consumo do Governo**. O ministério do Desenvolvimento Social tem um belíssimo programa de aquisição de leite no nordeste, que tem estimulado a manutenção de emprego e renda no interior. Programas como esses devem ser apoiados, para que surjam outros, em outros ministérios, com outros desenhos institucionais e pressupostos, mas com o objetivo geral de estimular o consumo, ao mesmo tempo em que trazem para a formalidade o leite informal. É necessário, também, que governos estaduais criem programas estaduais de estímulo ao consumo de leite, como em São Paulo e Paraná.

Todavia, há uma grande oportunidade ainda não explorada. O principal programa alimentar do Governo é o da Merenda Escolar. Lanço mão de experiência que vivi, para comprová-la. Em 1993, durante o Governo Itamar Franco ocorreu a municipalização do Programa, ou seja, as prefeituras puderam gerir os recursos repassados pelo Governo Federal. Na ocasião, eu era o secretário de Agropecuária e Abastecimento de Juiz de Fora - MG.

O município tinha 108 mil pessoas, entre alunos e atendidos em programas sociais. Decidimos distribuir 80 mililitros por pessoa, três vezes por semana. Isso gerou a aquisição de 8.640 litros de leite por vez, ou 25.920 litros por semana, ou 1.347.840 por ano. Isso é caro? Claro que não. É possível atender cada aluno a R\$ 0,08, a preços de hoje. Ah... é muito pouco leite! Nenhum impacto irá gerar. Pois bem, retratei um município. O Brasil tem mais de 5.200. Imagine cada município adotando política similar?

Mas, atenção! A adoção de uma política como essa depende da ação das lideranças de produtores locais. Em cada município há, por força de lei, uma Comissão da Merenda Escolar. Compete a esse grupo estabelecer a política a ser implementada no município. Os prefeitos, em geral, não gostam de trabalhar com leite, pois há resistência das escolas. Além disso, muitos nem aderiram à municipalização, pois temem gerenciar produto perecível. Esse assunto é tão importante, que voltarei a ele em artigo específico. Mas, é uma mega fonte de

estímulo ao consumo de leite, que está sendo pouco trabalhado e que pode auxiliar no aumento da demanda.

A terceira variável é o **Consumo das Empresas**. Refiro-me ao leite e seus derivados que são adquiridos por outras empresas de alimentos, de cosméticos, de remédios, dentre outros. Neste ponto, estamos pouco evoluídos. Ainda importamos vários derivados lácteos, como soro, caseína e derivados, enquanto os jogamos no ralo, ou seja, o que é resíduo poderia ser fonte de renda e emprego. Mas, o mais grave é que não temos linha de pesquisa contínua e vigorosa visando à obtenção de novos produtos e novas aplicações para o leite.

A quarta variável é a Exportação. Ainda estamos tateando nessa questão. Governo e setor privado ainda não priorizaram efetivamente o setor externo. Não há, efetivamente, um “acordo” generalizado que se traduza em ação vigorosa visando à conquista de novos mercados. Não participamos, por exemplo, de eventos e entidades mundiais relevantes que influenciam na tomada de decisões mundiais relacionadas ao leite. Um exemplo é a não adesão, ainda, ao IDF - *International Dairy Federation*. Voltaremos à questão da exportação num artigo específico.

Enfim, o anunciado excesso de leite deve ser visto como oportunidade e não problema. Se o pessoal da soja e da carne tivesse visto o excedente que geram há duas décadas como problema, o Brasil não seria um importante “*player*” no mercado mundial, a ponto de incomodar brutalmente os seus concorrentes. Se a Nova Zelândia temesse o excesso, não teria, hoje, cerca 30% do mercado mundial e mais uns 20% prováveis, por meio de parcerias.

O Brasil perdeu, desde os anos setenta, o interesse por planejamento. As campanhas para cargos executivos, para Presidência da República, para Governo de Estado e, até mesmo para prefeituras não levam ao surgimento de propostas concretas. Os candidatos não discutem propostas de Governo. No setor privado, as empresas líderes planejam suas ações. As empresas de porte médio e pequeno ainda vivem ao sabor da conjuntura. Já os setores organizados, conseguem se programar e priorizar suas ações conjuntas, visando ganhos coletivos para as empresas que atuam no setor.

O setor leiteiro tem mostrado uma vitalidade e um dinamismo nos últimos anos, que tem se traduzido em maturidade contínua. Portanto, baseado no passado

recente e nas movimentações do presente, o excesso de leite que virá é notícia boa, alvissareira. Pois, na verdade, não se traduzirá em excesso. Irá se traduzir em aumento de consumo per capita nacional e aumento da participação brasileira no mercado internacional. Mais que fé, este é um cenário racionalmente possível.